



GOVERNO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado da Saúde  
Comissão Intergestores Bipartite

**A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.**

**ATA CÂMARA TÉCNICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA  
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Dia: 04 de outubro de 2016

**Horário: 14 horas/período da tarde**

Local: 8º andar da SES

**PRESENTES À REUNIÃO**

**SES:** Lourdes de Costa Remor; Maria Teresa Agostini (DIAF/SES); Sinézio Vieira e Marina Meneses Aziz (COMAJ), Leticia Coelho Simon (COJUR), Amarildo Albino (Gejud).

**COSEMS:** Luciane Savi (COSEMS); Terezinha Bisognin (Chapecó); Janaina Duarte Baumer (Joinville); Fatima Freno Moser (Joinville); Karla Borges Ghisi (SMS Joinville); Aline Michele May do Rosário (Joinville); Otávio Augusto Tirelo Pulga (COSEMS); Ligia Hoepfner (Pomerode); Ana Paula da Silva (SMS Florianópolis); Ana Carla Bertani (SMS São José); Larissa de Oliveira (Criciúma).

**ITENS DA PAUTA**

**1. JUDICIALIZAÇÃO**

**COORDENAÇÃO DA REUNIÃO:** Letícia Coelho Simon (Cojur) e Luciane Savi (Cosems)

**MEDICAMENTOS JUDICIAIS:**

Luciane Savi, representante do COSEMS na reunião, contextualiza a situação da judicialização no Estado de Santa Catarina. Luciane cita que há um desabastecimento e um descumprimento generalizado por parte do Estado com relação aos medicamentos. Refere também as dificuldades na obtenção de informação na SES. Terezinha Bisognin de Chapecó coloca que a SES pactuou alguns medicamentos com os municípios e não vem cumprindo essas pactuações. Cita que o Juiz de Chapecó não aplica multa diária, deixa para seqüestrar os valores depois. Ana Carla Bertani de São José menciona o município como réu sozinho. Amarildo Albino, Gerente de Bens Judiciais da SES, informa que a SES/Estado possui 25.000 ações judiciais para cumprir. Ligia Hoepfner informa que em Pomerode não há tantos processos judiciais em comparação com outros municípios. Esclarece que em Pomerode a Secretaria da Saúde apresenta defesa e falam com juízes e promotores sobre os processos. Fátima Freno de Joinville cita que, geralmente, o juiz dá a tutela antecipada para o município. Amarildo Albino esclarece que sua Gerência é responsável pela distribuição dos medicamentos e não aquisição. Leticia Simon, nesta reunião, substituindo o Consultor Jurídico da SES, refere que muitas ações contra os municípios são de medicamentos fora de protocolo e, que nesses casos, o município deve

Lourdes de Costa Remor.

buscar ressarcimento junto à União. Leticia Simon lembra que os medicamentos fora dos protocolos são problemas para os municípios assim como para o Estado. Maria Teresa Agostini, com relação à aquisição de medicamentos, cita as dificuldades na programação. Que é necessária a organização do consumo. Que a Ata de 'A' a 'Z' faz por consumo e necessidade. Sinézio Vieira, Coordenador da COMAJ, solicita aos municípios que levantem a relação dos medicamentos mais consumidos. Luciane Savi informa que o Cosems possui uma lista de medicamentos pesquisados nos municípios e que trará para a próxima reunião sobre judicialização, com a direção de compras da SES. Sinézio Vieira esclarece que a SES está realizando os processos de aquisição de medicamentos, contudo, o Estado descumpre por falta do financeiro. Quanto à responsabilidade tripartite no financiamento de medicamentos (isso constitucionalmente), Leticia Simon esclarece que quando não há direcionamento na ação judicial, os três Entes da Federação podem ser responsabilizados. Quando a ação é direcionada a um Ente, como por exemplo, o município, cumpre a ele o atendimento na ação e posterior pedido de ressarcimento aos outros Entes, se for o caso, na esfera administrativa. Janaina Duarte e Fátima Freno de Joinville sugerem uma reunião com a SES, para a construção de Ata de Registro de Preço. Aprender como proceder e elaborar esta Ata. É sugerida uma Câmara Técnica de Assistência Farmacêutica em Judicialização por alguns membros. A Secretária da CIB, Lourdes Remor, sugere que se constitua um Grupo de Trabalho e Discussões e não Câmara Técnica, considerando que a judicialização é um problema constitucional, que levará à discussões intermináveis, sugerindo que seja direcionada a reunião para o cumprimento da pactuação dos medicamentos entre SES/Estado e municípios e sobre o abastecimento. Ficou acordada uma próxima reunião com membros da Câmara Técnica de Assistência Farmacêutica dos Municípios, DIAF, GEPLAD, Diretoria de Compras da SES, Cojur, Comaj, Gelic, Financeiro e responsável pela elaboração da ATA de Registro de Preços de 'A' a 'Z'. A reunião fica agendada para o dia 08 de novembro de 2016, às 09h.

**Encaminhamentos:** Reunião sobre aquisição, distribuição de medicamentos judiciais e elaboração da Ata de Registro de Preço, agendada para o dia 08 de novembro de 2016, 09h, no 8º andar da SES, com os setores citados.

Por oportuno, esclarecemos que a reunião da Câmara Técnica da Assistência Farmacêutica continua sendo realizada conforme o calendário já estabelecido.

**LOURDES DE COSTA REMOR**  
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite